

RESUMO SIMPLES - APRESENTAÇÃO ORAL - GT3 - IMPACTOS DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS E DOS DIREITOS HUMANOS NA SAÚDE MENTAL NA
UNIVERSIDADE.

**A INTEGRAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E REDE DE ATENÇÃO
PSICOSSOCIAL (RAPS): UM CAMINHO NECESSÁRIO PARA A GARANTIA
DE DIREITOS NA SAÚDE MENTAL UNIVERSITÁRIA**

Juliana Toledo Campos Areas (julianatcareas@gmail.com)

Monica Almeida De Athaide Rodrigues (athaidemonica@gmail.com)

Graziella Da Silva Martins (grazimartins20@hotmail.com)

O ingresso e a permanência na vida universitária têm sido marcados, nos últimos anos, por uma

crescente preocupação com o sofrimento psíquico entre estudantes, evidenciando a urgência de políticas

institucionais articuladas com a rede de cuidado em saúde mental. Este trabalho, de caráter teórico

reflexivo e construído a partir de revisão narrativa da literatura, discute a necessidade de integração entre

a universidade e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), instituída pela Portaria nº 3.088/2011 do

Ministério da Saúde, como estratégia para assegurar direitos e promover a permanência, a participação e

a trajetória acadêmica de estudantes em sofrimento psíquico. Parte-se do pressuposto de que a

universidade, enquanto espaço formativo e socialmente responsável, não pode operar de forma isolada

dos pontos de atenção da RAPS, incluindo CAPS, Atenção Primária à Saúde e serviços ambulatoriais,

sob risco de reproduzir práticas de institucionalização, exclusão e invisibilização do sofrimento. À luz do

arcabouço dos Direitos Humanos e dos princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira, discute-se como a

ausência de fluxos claros entre os núcleos de apoio psicopedagógico das instituições de ensino superior e

os pontos da RAPS compromete a continuidade do cuidado, favorecendo evasão, adoecimento e

agravamento de quadros clínicos. Argumenta-se que a construção de protocolos intersetoriais, a

capacitação de equipes acadêmicas para identificação e encaminhamento responsável, e a criação de

fluxos formais de referência e contrarreferência entre universidade e RAPS são medidas essenciais para

transformar a saúde mental universitária em política de fato, e não apenas em discurso institucional.

Conclui-se que a efetivação dos direitos humanos no contexto universitário depende da superação da

fragmentação histórica entre os campos da educação e da saúde, exigindo compromisso político,

investimento em recursos humanos especializados e diálogo permanente entre gestores universitários e

gestores do Sistema Único de Saúde (SUS), de modo que a universidade não substitua os serviços de

saúde, nem assuma funções próprias da RAPS, mas participe, de forma corresponsável, da construção de

estratégias de acolhimento, encaminhamento, acompanhamento e permanência, contribuindo para uma

política de saúde mental universitária orientada pela garantia de direitos e pela perspectiva do cuidado

em liberdade.

Palavras-chave: saúde mental universitária; rede de atenção psicossocial; direitos humanos; políticas públicas.